Questões para discussão:

Art. 3º - II (Questão – CPqAM) - a participação deverá estar expressamente prevista no respectivo projeto **Isso deve ser previamente indicado, ou apenas se aplica a previsão de orçamento e competências requeridas?**, com indicação dos registros funcionais, periodicidade e duração das atividades, bem como os valores de bolsas a serem concedidas, se houver;

Art. 2º § 4º (Questão – ICC) É vedada a concessão de bolsas a servidores Fiocruz em projetos que utilizem, **exclusivamente?**, recursos orçamentários regulares inscritos na LOA Fiocruz.

Art. 13 (Questão - Procuradoria) O que significa plano de bolsas já que os valores das bolsas têm que estar discriminados no plano de trabalho que acompanha o projeto?. Acho que precisa explicar mais ou rever a redação.

Art. 14 (Questão – ICC) Pergunta: Será inserido algum item que trate da retribuição pecuniária permitida no Art. 8º da Lei 10973/2004? “É facultado à ICT prestar a instituições públicas ou privadas serviços compatíveis com os objetivos desta Lei, nas atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. § 1º A prestação de serviços prevista no caput deste artigo dependerá de aprovação pelo órgão ou autoridade máxima da ICT. § 2º O servidor, o militar ou o empregado público envolvido na prestação de serviço prevista no caput deste artigo poderá receber retribuição pecuniária, diretamente da ICT ou de instituição de apoio com que esta tenha firmado acordo, sempre sob a forma de adicional variável e desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada.”

Art. 15. I (Questão – CPqGM) a Fiocruz terá DAS compatíveis para atender a sua estrutura organizacional?

Art. 16 (Questão – CPQGM) Seria semelhante ao CNPq?

(Questão – ASFOC) Em atenção à solicitação de contribuições referente a norma operacional para concessão de bolsas via Fiotec apresentamos as seguintes dúvidas e observações:

Valores - Na tabela do manual da Fiotec consta que os Servidores da Fiocruz (conforme decisão do CD em 25/2/2011), respeitados os tempos mínimos de experiência poderão receber o valor de R\$ 4.764,89. Portanto independente do tempo de experiência do servidor, independente de ser coordenador ou não, e independente do tipo de bolsa o servidor receberia no máximo este valor. O decreto 7.423/2010 no artigo 7º parágrafo primeiro e segundo diz o seguinte:

CAPÍTULO III - DAS BOLSAS: Art. 7º Os projetos realizados nos termos do § 1º do art. 6º poderão ensejar a concessão de bolsas de ensino, pesquisa, extensão e estímulo à inovação pelas fundações de apoio, com fundamento na Lei nº 8.958, de 1994, ou no art. 9º, § 1º, da Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observadas as condições deste Decreto.

§ 1º A instituição apoiada deve, por seu órgão colegiado superior, disciplinar as hipóteses de concessão de bolsas, e os referenciais de valores, fixando critérios objetivos e procedimentos de autorização para participação remunerada de professor ou servidor em projetos de ensino, pesquisa ou extensão, em conformidade com a legislação aplicável.

§ 2º Para a fixação dos valores das bolsas, deverão ser levados em consideração critérios de proporcionalidade com relação à remuneração regular de seu beneficiário e, sempre que possível, os valores de bolsas correspondentes concedidas por agências oficiais de fomento.

§ 3º Na ausência de bolsa correspondente das agências oficiais de fomento, será fixado valor compatível com a formação do beneficiário e a natureza do projeto.

§ 4º O limite máximo da soma da remuneração, retribuições e bolsas percebidas pelo docente, em qualquer hipótese, não poderá exceder o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do artigo 37, XI, da Constituição.

§ 5º A instituição apoiada poderá fixar na normatização própria limite inferior ao referido no § 4o.

Com base neste artigo do decreto, pergunto para o estabelecimento do valor acima, qual o critério utilizado pela Fiocruz? Onde o mesmo está explícito na norma?

Acesso, seleção e classificação das bolsas - Seriam possíveis outras bolsas que não apenas para coordenador de projeto para os servidores classificadas segundo critérios de função e responsabilidade? Quais seriam? Quais seriam os seus valores? Com que critério a Fiocruz estabeleceria este valor? Poderiam ter editais que divulgassem o perfil e qualquer servidor pudesse participar da seleção democratizando e colocando mais transparente o acesso? Quais seriam os critérios para contratação de colaboradores para o projeto? critérios para a concessão ou cancelamento (que não só técnicos?)

Pergunto ainda qual o nível e integração desta política com as demais políticas institucionais? Um servidor que não teve uma boa avaliação de desempenho, ou que tem processo de assédio, ou um PAD, ou advertência, ou alto índice de ausência poderia participar da seleção?

Acompanhamento e avaliação pela Fiocruz - Outro ponto é que no manual da Fiotec na página 4 diz: O valor da bolsa não está vinculado à carga horária e sim à atividade a ser desenvolvida no projeto.

Novo! Pergunto se não seria importante algum tipo de controle do RH das ações do plano de trabalho do servidor que é bolsista (principalmente porque a norma possibilita o recebimento de mais uma bolsa) para que ele não acabe colocando metas mais singelas no seu plano de trabalho institucional para ter mais tempo para se dedicar ao trabalho que recebe a bolsa. Se é o chefe direto quem autoriza, então deveria estar na meta dele o acompanhamento do plano de trabalho do servidor que ele gerencia, principalmente se este servidor recebe bolsa, de modo a que possa ser cobrado e responsabilizado como gestor, já que autorizou. Outro ponto é que a norma operacional prevê punição com devolução ao erário caso receba valor maior que o estabelecido na norma (na verdade na constituição), mas não prevê punição no caso do descumprimento da sua jornada de trabalho na Fiocruz. O salário que o servidor recebe deverá pagar o quê?

Qual a duração da bolsa?

Quais seriam as hipóteses de cancelamento da bolsa?

Quais seriam as responsabilidades do servidor que recebe bolsa?

Quais seriam as vedações? Teria alguma?

Para cada tema que a Fiocruz tratar na norma operacional deveria ter um formulário físico ou em sistema respectivo, a semelhança do Manual da Fiotec que tem seus formulários.

APENAS COMO SUBSIDIO PARA AS DISCUSSÕES INFORMAMOS:

A Fiotec tem todas as etapas e apresenta Manual de Iniciação de projetos, que tem como base o Decreto 7423/2010,

ENCAMINHAMENTO DE PROJETO À FIOTEC. A iniciativa do encaminhamento de uma proposta de projeto à Fiotec deve partir do Coordenador do projeto com autorização do Diretor de sua Unidade na Fiocruz, através de carta de solicitação de proposta comercial. Projetos negociados previamente e sem a participação da Fiotec poderão sofrer ajustes posteriores para o efetivo enquadramento nas regras do Financiador, Fiocruz, Fiotec e do Decreto nº 7.423/10.

(Questão – Ceará) DISCUSSÃO: A partir do questionamento se o entendimento por área de especialidade é relativo à função do cargo exercido na Fiocruz, ou se o entendimento é mais amplo e engloba qualquer especialidade (no sentido de domínio em determinada área de conhecimento) própria da formação do servidor, independente se está vinculada ao seu cargo na Instituição?) Caso o entendimento seja este último, seria interesse uma sutil mudança ao final do texto **SUGESTÃO DE ALTERAÇÃO:** “... regulares, **em áreas às quais o servidor tem especialidade.**”. **JUSTIFICATIVA:** Acredito que essa alteração exclui a possibilidade de dúvidas quanto a área de especialidade se referir apenas às funções do cargo e amplia claramente a possibilidade da participação em projetos cujo objeto tenha relação com conhecimentos que o servidor possua para além dos conhecimentos que se espera para o exercício de seu cargo sem, contudo, restringir essa possibilidade.

Art. 10 (Questão – Ceará) PERGUNTA/TENSIONAMENTO: Por que não adotar uma tabela um valor de referência de outra agência de fomento, como define no art. 7º? Acredito que isso traria maior “segurança jurídica” à Norma Operacional. No entanto, há de se considerar que, numa rápida consulta a tabelas de diárias da CAPES, CNPQ, FAPESP e FCT, os valores parecem inferiores aos praticados pela FIOTEC, Seria essa questão que impede, legitimamente, a adoção? Outro ponto a refletir é se há compatibilidade da Fiocruz com essas instituições citadas? o que determinaria a necessidade de os valores serem diferentes.

(Questão – Ceará) PERGUNTA/TENSIONAMENTO: A concessão de bolsa voltada à atividade de coordenação de projetos está inserida no item V ou foi excluída tal possibilidade? Ou se considera impossibilitada pela vedação do § 2º do Art. 2º relativo à atividade administrativa? Ou é uma decisão da Instituição? A coordenação de projetos não me parece se enquadrar como atividade administrativa regular das ICT’s, nem nas vedações assentes na Lei 8958 e Decreto 7423.

(Questão – Ceará) Segue um ponto para análise: apesar de não se tratar de bolsa, objeto da Norma Operacional, chama-se a atenção para a possibilidade apontada nos instrumentos normativos relacionados abaixo pois, podem indicar indicam um potencial de “capitalização financeira” para a Fiocruz por meio dos citados ressarcimentos. Seria interessante saber a leitura da Fiocruz em relação a esse dispositivo e de se/como isso poderia ser utilizado pela Instituição. Lei 8.958/94: “Art. 6º No cumprimento das finalidades referidas nesta Lei, poderão as fundações de apoio, por meio de instrumento legal próprio, utilizar-se de bens e serviços das IFES e demais ICT’s apoiadas, pelo prazo necessário à elaboração e execução do projeto de ensino, pesquisa e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, **mediante ressarcimento previamente definido para cada projeto.** (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013)” Decreto 7.423/10 Art. 6º § 1º: “II - os recursos da instituição apoiada envolvidos, **com os ressarcimentos pertinentes,** nos termos do art. 6º da Lei nº 8.958, de 1994.”